

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
COLÉGIO POLITÉCNICO DA UFSM
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE
COOPERATIVAS**

**ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA EM UMA
COOPERATIVA DE TRANSPORTE**

ARTIGO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Flávia Naidon

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA EM UMA COOPERATIVA DE TRANSPORTE

Flávia Naidon

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em
Gestão de Cooperativas do Colégio Politécnico da UFSM, como requisi-
to parcial para obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão de Cooperativas

Orientadora: Jaqueline Carla Guse

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**Universidade Federal De Santa Maria
Colégio Politécnico da UFSM
Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas**

A comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o
Artigo Científico

**ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA EM UMA
COOPERATIVA DE TRANSPORTE**

Elaborado por
Flávia Naidon

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão de Cooperativas

COMISSÃO EXAMINADORA

Jaqueline Carla Guse
(Orientadora)

Sicrano, Dr.(UFSM)

Beltrano, Dr.(UFSM)

Santa Maria, 01 de dezembro de 2015.

RESUMO

Artigo Científico
Colégio Politécnico da UFSM
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA EM UMA COOPERATIVA DE TRANSPORTE

AUTORA: FLÁVIA NAIDON

ORIENTADORA: Jaqueline Carla Guse

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 07 de dezembro de 2015

O presente artigo tem como objetivo analisar a situação econômica e financeira de uma cooperativa de transporte da região central do estado do Rio Grande do Sul. O estudo caracteriza-se como descritivo, documental e com abordagem quantitativa. Além disso, classifica-se como um estudo de caso tendo como referência o período de 2005 a 2014. Foram observados no Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado do exercício índices de liquidez, rentabilidade e endividamento, com a finalidade de obter uma melhor perspectiva econômica e financeira em análise. Os resultados demonstraram que a cooperativa oscilou durante todo o período analisado. Com isso concluiu-se que apesar da cooperativa não apresentar valores constantes e crescentes, ela apresentou resultados satisfatórios no geral dos anos analisados.

Palavras-Chave: Análise Econômica. Análise Financeira. Indicadores de Estrutura de Endividamento.

Lista de Figuras

Figura 1- Liquidez imediata no período de 2005 a 2014.....	22
Figura 2- Liquidez corrente no período de 2005 a 2014	23
Figura 3- Liquidez seca no período de 2005 a 2014.....	24
Figura 4- Liquidez geral no período de 2005 a 2014	25
Figura 5- Giro do ativo no período de 2005 a 2014	26
Figura 6- Retorno sobre vendas no período de 2005 a 2014	27
Figura 7– Retorno sobre o ativo no período de 2005 a 2014.....	28
Figura 8– Retorno sobre o Patrimônio Líquido no período de 2005 a 2014	29
Figura 9– Participação de capital de terceiros no período de 2005 a 2014	30
Figura 10- Composição de endividamento no período de 2005 a 2014	31
Figura 11- Imobilização do patrimônio líquido no período de 2005 a 2014.....	32

Lista de Equações

Equação 1- Cálculo do giro do ativo	12
Equação 2- Cálculo do retorno sobre vendas	12
Equação 3- Cálculo do retorno sobre o ativo.....	13
Equação 4- Cálculo do retorno sobre o patrimônio líquido	13
Equação 5- Cálculo da liquidez imediata	14
Equação 6- Cálculo da liquidez corrente.	14
Equação 7- Cálculo da liquidez seca	15
Equação 8- Cálculo da liquidez geral	15
Equação 9- Cálculo da participação de capitais de terceiros.....	16
Equação 10- Cálculo da composição do endividamento	17
Equação 11- Cálculo da imobilização do patrimônio líquido.....	17

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	10
2.1 Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado do exercício	10
2.2 Análise Econômica	12
2.3 Análise Financeira	13
2.4 Indicadores de Estrutura e Endividamento	15
3 METODOLOGIA	17
4 A COOPERATIVA E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	19
4.1 História e evolução da COOPAVER	19
4.2 Entrevista com o Presidente	21
4.3 Análise econômica e financeira	22
4.3.1 Índices de Liquidez	22
4.3.2 Índices de Rentabilidade	26
4.3.3 Índices de Endividamento	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32

1 INTRODUÇÃO

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2015), traz a seguinte descrição de cooperativa: “Cooperativas são sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, sem fins lucrativos, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços a seus associados”.

Juridicamente, as sociedades cooperativas estão reguladas pela Lei federal nº 5.764, de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas (OCERGS, 2015).

Segundo seus conceitos e princípios, o sistema OCERGS (2015), define cooperativa como uma doutrina socioeconômica fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativos. A cultura cooperativista visa a desenvolver a capacidade intelectual das pessoas de forma criativa, inteligente, justa e harmônica, procurando a sua melhoria contínua. Os seus princípios buscam, pelo resultado econômico o desenvolvimento social, por meio da melhoria da qualidade de vida e da boa convivência entre seus cooperados.

Segundo a OCB(2015), o surgimento da primeira sociedade cooperativa foi em 1844, criada pelos Pioneiros de Rochdale que, após uma fracassada greve por melhorias salariais, resolveram juntar suas forças, pois individualmente não conseguiriam sobreviver. Foi então criada uma cooperativa de consumo, constituída por 28 tecelões.

Por meio dessa cooperativa foram criados princípios gerais que mais tarde passaram a constituir os fundamentos da doutrina cooperativista.

Os setes princípios do cooperativismo que vieram desde os Pioneiros de Rochdale (1844) e que são as linhas orientadoras que levam a colocar em prática os seus valores são:

- a) Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

- b) **Gestão Democrática** :as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões.
- c) **Participação econômica dos membros**: os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente.
- d) **Autonomia e Independência**: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros.
- e) **Educação, Formação e Informação**: as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas.
- f) **Intercooperação**: as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
- g) **Interesse pela Comunidade**: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Para Ricciard e Lemos (2000), o cooperativismo consiste na ajuda mútua entre pessoas, em determinados grupos, para atender a interesses comuns; com isso, observa-se que as cooperativas almejam solucionar os problemas econômicos por meio da solidariedade humana.

Para melhor cumprir sua função de entidade representativa do cooperativismo brasileiro, a OCB estabeleceu os ramos do cooperativismo baseados nas diferentes áreas em que o movimento atua. Segundo a OCB (2015), existem treze ramos do cooperativismo e a cooperativa em estudo se enquadra no ramo de transporte.

As cooperativas de transporte têm gestão específica em suas várias modalidades que são: Transporte individual de passageiros (táxi e moto táxi); transporte coletivo de passageiros (vans, ônibus dentre outros); transportes de cargas (caminhão, motocicletas, furgões, etc.) e transporte escolares (vans e ônibus). (OCB 2015)

Em qualquer que seja a organização, fazer uma análise da sua situação econômica e financeira é de grande importância, pois é no levantamento dos dados analisados no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo de resultado do exercício

(DRE) que são diagnosticados tudo o que vem acontecendo em determinado tempo e momento da organização, tanto a longo prazo quanto a curto prazo.

A contabilidade em qualquer organização tem grande importância, pois ela tem a maior aproximação com a situação econômica e financeira da organização. Ela possibilita a análise, controle e interpretação dos fatos ocorridos em todo o seu patrimônio, contribuindo e orientando para a tomada de decisão pelos seus administradores. A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões (MARION, 2009).

Em meio a este contexto, surge a questão problema norteadora do presente estudo: Qual a situação econômica e financeira de uma cooperativa de transporte da região central do estado do Rio Grande do Sul? Diante disso, o objetivo do estudo consistiu em verificar situação econômica e financeira de uma cooperativa de transporte da região central do estado do Rio Grande do Sul.

O presente artigo está organizado em cinco capítulos para uma melhor apresentação e entendimento do estudo. No capítulo 1, encontra-se a introdução que apresenta um breve contexto do estudo e o seu objetivo. O capítulo 2 apresenta o referencial teórico, contextualizando Balanço Patrimonial, DRE, Análise Econômica e Financeira. O capítulo 3 relata a metodologia do artigo, onde classifica a pesquisa e coleta de dados. O capítulo 4 apresenta a cooperativa e a interpretação dos resultados, relatando o histórico da cooperativa, a entrevista com o presidente e os resultados analisados e o capítulo 5 apresenta as considerações finais.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Neste tópico são abordados alguns conceitos sobre o processo de análise econômica e financeira por meio dos demonstrativos contábeis.

2.1 Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado de exercício

O Balanço Patrimonial indica a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano de cada período. Segundo Ribeiro (2010), O Balanço Patrimonial é a demonstração financeira (contábil) destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da

empresa.

Para Matarazzo (1998, p.158) “uma boa análise sempre deveria começar com a do Balanço Patrimonial da empresa, pois seria extremamente desastroso para um gerente financeiro assumir as finanças de uma empresa que caminha para a insolvência”.

A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa (ASSAF NETO, 2002, p. 48).

Segundo Velter e Missagia (2009, p. 582), “O Balanço Patrimonial é a demonstração financeira que tem por objetivo evidenciar a situação patrimonial da entidade em um dado momento”. Por meio dele, é possível visualizar em que situação se encontra uma organização em um momento específico. No Balanço Patrimonial é possível analisar o Passivo, Ativo e Patrimônio Líquido da organização.

No Ativo encontram-se os bens e direitos da organização, já no Passivo encontram-se as obrigações que a organização possui e no Patrimônio Líquido é possível verificar a obrigação que a organização possui com os seus membros.

Com relação ao Demonstrativo de resultado do exercício, é possível verificar as receitas e despesas da organização em um determinado período. Pode-se concluir se naquele período a organização terá lucro ou prejuízo.

Conforme Pagliato (2009, p. 95), “em cada final de período, todas as despesas e receitas começam do zero, não se acumulam de um período para o outro”. Essas receitas e despesas são zeradas em uma conta transitória de apuração de resultado e, através desta, apura-se o resultado que pode ser lucro ou prejuízo.

Segundo Ribeiro (2010) a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório contábil destinado a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operação da empresa.

Arnaldo Reis (2003) relata que esse demonstrativo mostra, em sequência lógica e ordenada, todos os fatores que influenciaram, para mais ou para menos, o resultado do período.

O Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) é um complemento do balanço. Os dois devem ser analisados juntos. O Demonstrativo de Resultado apresen-

ta as receitas e despesas da organização e com eles é possível fazer os planejamentos financeiros.

2.2 Análise Econômica

Na análise econômica, é verificada a rentabilidade da organização. Conforme Hoji (2012, p. 290) “os índices de rentabilidade medem quanto estão rendendo os capitais investidos. São indicadores muito importantes, pois evidenciam o sucesso (ou o insucesso) empresarial”.

Para avaliar a rentabilidade de uma organização, alguns indicadores são utilizados como o giro do Ativo, o retorno sobre vendas, o retorno sobre o Ativo e retorno sobre o Patrimônio Líquido.

O Giro do Ativo (GA), estabelece a relação entre as vendas do período e os investimentos totais efetuados na cooperativa, que estão representados pelo ativo total médio.

A Equação 1 demonstra a fórmula de cálculo do giro do Ativo.

$$GA = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Para Silva (2012, p. 239) “a interpretação isolada para o Giro do Ativo é: quanto maior, melhor”.

O retorno sobre vendas (RSV) compara o lucro líquido em relação às vendas líquidas do período, fornecendo o percentual de lucro que a cooperativa está obtendo em relação ao seu faturamento.

A Equação 2 demonstra a fórmula de cálculo do retorno sobre vendas.

$$RSV = \left(\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \right) \times 100$$

Conforme Silva (2012, p. 241), “a interpretação do índice de retorno sobre as vendas, também é no sentido quanto maior, melhor”.

O índice de retorno sobre o Ativo (RSA) indica a lucratividade que a empresa propicia em relação aos investimentos totais, representado pelo ativo total médio.

A Equação 3 demonstra a fórmula de cálculo do retorno sobre o Ativo.

$$RSA = \left(\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \right) \times 100$$

Segundo Silva (2012, p. 242), “a interpretação do retorno sobre o ativo é no sentido de que quanto maior, melhor”.

O índice de retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL) indica quanto de prêmios os sócios da cooperativa estão obtendo em relação a seus investimentos na organização.

A Equação 4 demonstra a fórmula de cálculo do retorno sobre o Patrimônio Líquido.

$$RSPL = \left(\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \right) \times 100$$

Conforme Silva (2012), esse índice também é no sentido de enquanto maior, melhor.

2.3 Análise Financeira

A situação financeira de uma organização pode afetar consideravelmente a sua estruturação. Para evitar o problema financeiro é necessário um planejamento e estratégias de melhorias, mas isso não é possível se não houver uma análise e um acompanhamento da sua evolução financeira. Para que se possa acompanhar essa evolução e identificar possíveis deficiências na sua gestão, a análise das demonstrações financeiras é realizada por meio dos índices de liquidez.

Segundo Neves e Viceconti (2004), o objetivo da análise das demonstrações financeiras consiste em fornecer informações numéricas de dois ou mais períodos, de modo a auxiliar ou instrumentar administradores, instituições financeiras, e outras pessoas físicas ou jurídicas interessadas em conhecer a situação da empresa ou para tomar decisões.

Os índices de liquidez mostram a situação financeira da empresa. Como os

valores se referem a vencimento de diferentes datas, um valor com vencimento no primeiro dia de um ano pode estar sendo comparado em igualdade de condições com outro valor que vence no último dia do mesmo ano. Os valores traduzidos a valor presente minimizam esse tipo de problema. Quanto maior o índice, melhor. (HOJI, 2012, p. 283).

Segundo Padoveze (2011, p. 147), a liquidez está na necessidade de avaliar a capacidade de pagamento da empresa.

Conforme Gitman (2004, p. 46), “a liquidez de uma empresa é medida por sua capacidade de cumprir as obrigações de curto prazo à medida que vencem”.

Os índices de liquidez visam fornecer um indicador da capacidade da empresa de pagar suas dívidas, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades. No geral, a liquidez decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa, da administração de seu ciclo financeiro e de suas decisões estratégicas de investimentos e financiamento. (SILVA, 2012, p. 286).

Os índices de liquidez mais utilizados são: liquidez imediata, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez geral.

Segundo Padoveze (2011, p.152), o índice de liquidez imediata (LI) trabalha com elementos patrimoniais do ativo circulante, que podem ser disponibilizados imediatamente como valores em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo disponíveis para resgate.

Para Hoji (2012, p. 285), indica quanto a organização possui de recursos imediatamente disponíveis para liquidar recursos de curto prazo.

A equação utilizada para encontrar a liquidez imediata, pode ser visualizada na Equação 5.

$$LI = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O índice de liquidez corrente (LC) é considerado como o melhor indicador da capacidade de pagamento da empresa. Conforme Padoveze (2011), o índice de liquidez corrente indica a quantidade de recursos que a organização tem nos ativos circulantes para utilizar nos pagamentos do passivo circulante.

A equação utilizada para encontrar a liquidez corrente, pode ser visualizada na Equação 6.

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Já a liquidez seca (LS), para Padoveze (2011), mostra a capacidade que a organização tem de pagar suas dívidas em curto prazo, tendo como base os ativos circulantes, menos os estoques e despesas do exercício seguinte. É excluído o estoque para assim a organização verificar se ela não depende dessas vendas para liquidar com os seus compromissos.

A equação utilizada para encontrar a liquidez seca, pode ser visualizada na Equação 7.

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A liquidez geral, conforme Padoveze (2011), indica a capacidade de pagamento geral da organização, servindo para detectar a sua saúde financeira a longo prazo.

A equação utilizada para encontrar a liquidez geral, pode ser visualizada na Equação 8.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Silva (2012) afirma que esse índice indica quanto a organização possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer face às suas dívidas totais.

2.4 Indicadores de Estrutura e Endividamento

Segundo Padoveze (2011), os indicadores de Estrutura de Endividamento mostram a porcentagem dos ativos financiada com capitais de terceiros e próprios ou se a organização tem dependência de recursos de terceiros.

A finalidade desses indicadores é transformar em percentuais a participação dos principais grupos representativos do balanço patrimonial, bem como

mensurar percentualmente sua relação com o capital próprio, representado pelo Patrimônio Líquido. (PADOVEZE, 2011, p. 154).

Conforme Matarazzo (2008, p. 154), “o índice de capitais de terceiros relaciona, portanto, as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, capital próprio e capitais de terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros por parte da empresa”. Portanto, não é interessante a empresa depender tanto de capitais de terceiros.

Uma empresa certamente não estará com uma situação financeira confortável se apresentar elevada participação de recursos de terceiros em relação ao capital próprio e ao ativo total, com predominância de dívidas a curto prazo nas exigibilidades totais e com elevada imobilização dos seus recursos permanentes. (BRAGA, 1995. P. 155)

Frequentemente, são utilizados os seguintes indicadores de estrutura para calcular o endividamento da organização: participação de capitais de terceiros, composição de endividamento e imobilização do patrimônio líquido.

O índice de participação de capitais de terceiros, segundo Hoji (2012), indica quanto a empresa tomou de capitais de terceiros em relação ao capital próprio. Quanto menor dependência, melhor.

O índice de participação de capitais de terceiros relaciona, portanto, as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, Capitais Próprios e Capitais de Terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa. Também pode ser chamado índice de Grau de Endividamento. (MATARAZZO, 2003, p. 154)

A equação utilizada para encontrar o índice de participação de capitais de terceiros (PCT), pode ser visualizada na Equação 9.

$$PCT = \left(\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \right) \times 100$$

O índice de composição de endividamento (CE), de acordo com Silva (2012), indica quanto da dívida total da organização deverá ser quitada a curto prazo.

A composição de endividamento mostrará se existe ou não excesso de dívidas a curto prazo sobre as exigibilidades totais. Subtraindo esse índice de 100% (ou de 1,0), encontra-se a participação das dívidas de longo prazo.

Uma participação muito elevada de dívidas a curto prazo pode indicar iminente aperto financeiro. (BRAGA, 1995, p. 155).

A equação utilizada para encontrar esse índice, pode ser visualizada na Equação 10.

$$CE = \left(\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \right) \times 100$$

Conforme Padoveze (2011), o índice de imobilização do patrimônio líquido (IPL) avalia quanto a organização aplicou no Ativo Permanente em relação ao patrimônio líquido.

A equação utilizada para encontrar esse índice, pode ser visualizada na Equação 11.

$$IPL = \left(\frac{\text{Ativo Permanente(Imobilizado)}}{\text{Patrimônio Líquido}} \right) \times 100$$

Para Hoji (2012), este índice é a parcela dos recursos próprios investidos no ativo.

3 METODOLOGIA

Para verificar a situação econômica e financeira de uma cooperativa de transportes da região central do estado do Rio Grande do Sul, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, por meio de pesquisa documental e de um estudo de caso.

O aspecto descritivo é observado na discussão da situação econômico financeira cooperativa de transporte em análise. Conforme Gil (2011), uma pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

De acordo com Malhotra (2006), a pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa conclusiva, que tem como principal objetivo, a descrição de algo, obtendo dessa maneira as informações necessárias para responder o problema de pesquisa.

Em relação aos procedimentos, classifica-se como pesquisa documental por

utilizar-se de informações constantes nas demonstrações contábeis da cooperativa de transporte em análise. No entendimento de Cervo, Berviam e Silva (2007), a pesquisa documental ou bibliográfica busca explicar um problema baseado em referências teóricas, sejam elas oriundas de livros, artigos publicados, dissertações ou teses.

Essas análises também tiveram como consequência uma pesquisa bibliográfica baseada na coleta de dados do relatório do exercício do ano de 2005 a 2014 e foram analisados pontos importantes e marcantes em relação às análises econômicas e financeiras da cooperativa em questão no decorrer desse período.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.71).

A presente pesquisa também se caracterizou como exploratória, tendo como referência o exercício de 2005 a 2014. Conforme Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo), normalmente feita através de levantamento bibliográfico e estudo de caso.

Também se utilizou desse estudo a pesquisa documental, que segundo Gil (2002, p.62-3) “apresenta algumas vantagens por ser fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contatos com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

Quanto ao método, o estudo classifica-se como quantitativo. Segundo Collis e Hussey (2005), esse método é mais objetivo, focado na mensuração de fenômenos, e para que isto ocorra a contento, usa-se de coleta de dados numéricos e aplicação de cálculos estatísticos.

Para Severino (2007), a pesquisa quantitativa foca-se na objetividade, influenciada pelo positivismo, ao qual considera que a realidade só pode ser compreendida com base em diagnósticos de dados brutos recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros.

Roesch (2006) afirma que a pesquisa quantitativa, procura obter informações sobre determinada população, como quantos membros da organização possuem a mesma opinião sobre determinado assunto. Nesse caso, a pesquisa quantitativa

serviu para calcular a situação econômica e financeira da cooperativa.

Além disso, o estudo classifica-se como um estudo de caso. Gil (2009,p.5) afirma que “o estudo de caso pode ser considerado um delineamento em que são utilizados diversos métodos ou técnicas de coleta de dados, como por exemplo, a observação, a entrevista e a análise de documentos”. Martins (2006) explica que esse tipo de estudo é uma estratégia de pesquisa para o qual não se desenvolveu um conjunto fixo de etapas para conduzi-lo, assim como para estudar em profundidade um caso específico.

O estudo de caso foi realizado na cooperativa dos condutores autônomos de veículos rodoviários de Santa Maria LTDA (COOPAVER).

Realizou-se uma entrevista semi- estruturada com o presidente da cooperativa dos condutores autônomos de veículos rodoviários de Santa Maria LTDA (COOPAVER) em abril de 2015. As demonstrações financeiras – balanços patrimoniais e demonstrativos de resultado do exercício, referente aos anos de 2005 a 2014, foram coletadas a partir dos Relatórios do Exercício, relativos a cada ano e disponibilizados pelo setor administrativo da cooperativa. Buscou-se verificar dados marcantes e importantes na questão econômica e financeira da cooperativa no decorrer do período de tempo em análise.

Os valores foram atualizados conforme a inflação de cada ano analisado, para o mês de outubro de 2015, a partir do sistema de atualização de valores disponível no sítio da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE).

4 A COOPERATIVA E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, aborda-se a análise dos dados e resultados a partir do estudo de caso em uma cooperativa de transportes da região central do estado do Rio Grande do Sul.

4.1 História e evolução da COOPAVER

A COOPAVER foi criada no ano de 1977, em virtude da crise do petróleo ocorrida nos anos 70 e que, no Brasil, limitava o abastecimento dos carros aos dias da semana e aos sábados. Nesse sentido os profissionais de transporte, compreen-

dido como os taxistas, eram prejudicados nas suas atividades pela possibilidade da falta de combustível aos domingos.

Devido às necessidades e problemas que enfrentavam, um grupo de taxistas reuniu-se e decidiram em assembleia, pela constituição de uma cooperativa de transporte. Na época, o terreno para a constituição da cooperativa foi doado pela prefeitura municipal da cidade.

Fundada a cooperativa, essa fez parceria com a distribuidora Atlantice, que passou a fornecer gasolina para seus sócios.

A COOPAVÉR é uma cooperativa dos condutores autônomos de veículos rodoviários de Santa Maria LTDA. Seus cooperados são pessoas que atuam no ramo de taxi e estão na modalidade de Transporte Individual de passageiros.

As cooperativas que atuam no ramo de transporte correspondem a 29% das cooperativas existentes no Rio Grande do Sul (SESCOOP/RS, 2014). Em 2014, o quadro social da COOPAVÉR, contava com duzentos e trinta e quatro cooperados ativos e no seu quadro funcional, continha cinquenta e cinco funcionários.

Atualmente, a cooperativa tem como atividade operacional a venda de combustíveis, lubrificantes, gás, peças e acessórios para automóveis e prestação de serviços, tais como lavagem, conserto de pneus, mecânica, operando também com o serviço de Rádio Taxi. Também disponibiliza quatro táxis-reserva em caso de necessidade dos sócios.

Em seu quadro social, a cooperativa conta com 260 cooperados atuantes, 234 cooperados ativos, 26 cooperados não ativos. A faixa etária dos sócios é de 60 anos, sendo 85% homens e 15% são mulheres. Normalmente, cerca de 40 a 50 associados participam da assembleia geral ordinária. Porém, quando a cooperativa passa por alguma dificuldade ou que se tenha uma decisão muito importante em vista, esse número passa de 100 associados presentes.

Conforme dados fornecidos pelo relatório do exercício de 2014 da COOPAVÉR, as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observâncias às disposições legais, inclusive com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, observando às disposições contidas na Lei 5.764/71. Foi adotado o regime de competências para o registro das mutações patrimoniais. A adoção desse regime implica no reconhecimento das receitas realizadas e despesas incorridas, independentemente de seu

efetivo recebimento ou pagamento, quando se correlacionarem. A opção de tributação foi pelo Regime de Lucro Real.

4.2 Entrevista com o Presidente

O presidente relatou algumas dificuldades e problemas que a cooperativa vem enfrentando na atualidade: o espaço físico do posto que está saturado, a falta de fidelidade de alguns sócios, concorrência com os “táxis executivos” em crescimento, o aumento no quadro de taxistas, que é um processo que já está em andamento. Também encontram-se com problemas com a nova lei 5863 de 2014 que consta que o proprietário de táxi deverá trabalhar 6 horas diárias. Outro transtorno que estão enfrentando com as possíveis modificações da Lei 5863 de 2014, é o que diz respeito ao proprietário ter posse do seu ponto de taxi por somente 15 anos e prorrogado por mais 15. Após esse período, o ponto retornará à prefeitura. A cooperativa, junto com os taxistas, está encontrando dificuldades na questão do táxi e do ponto passar ou não para seus herdeiros, caso ocorra o falecimento do proprietário do táxi.

O presidente acredita que a cooperativa só vem obtendo sucesso e crescimento, pois sempre foi administrada pelos taxistas e não por administradores que não possuem um conhecimento sobre cooperativas. Ele afirma que não há ninguém melhor que seus próprios cooperados para administrar o seu negócio. Também relata que para administrar uma cooperativa é indispensável conhecê-la profundamente e sua gestão deve ser democrática.

No entanto, reconhece que é inegável que se o sócio da cooperativa tiver formação na área de gestão, terá maior conhecimento para administrar e tomar as decisões. Para ele, a formação em Gestão de Cooperativas não se resume apenas em saber administrar, mas também conhecer a história do cooperativismo, constituição de cooperativas, legislação, contabilidade, marketing, finanças, recursos humanos, economia, empreendedorismo e muito mais. Ainda conclui que um profissional deste nível vai ao encontro das necessidades do mercado atual.

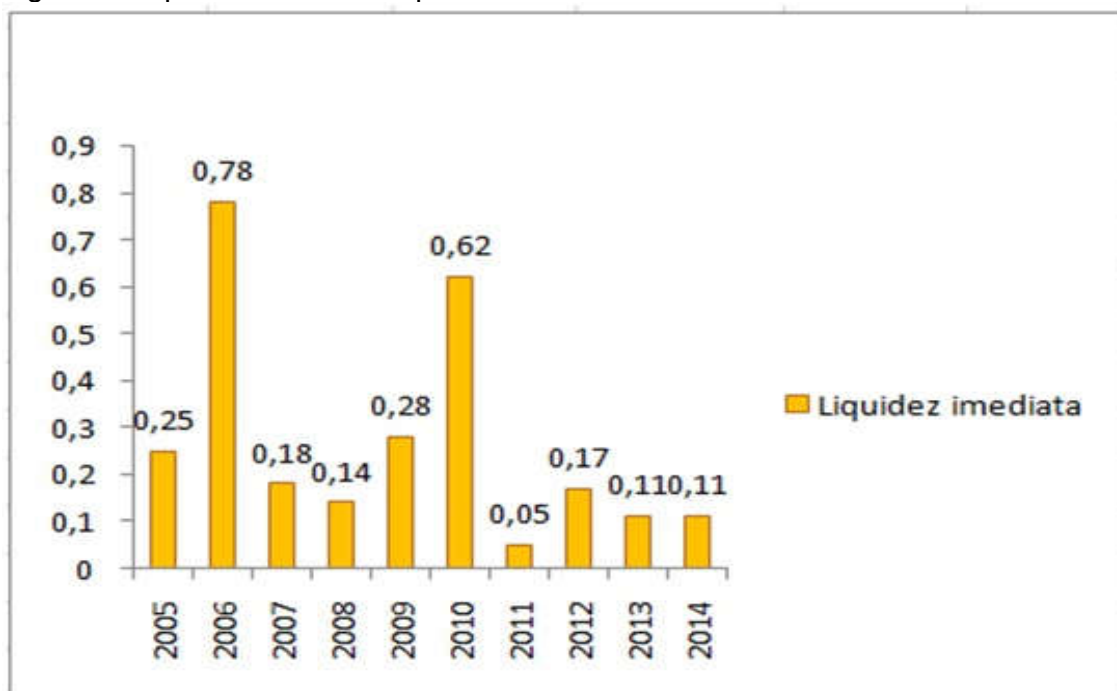
4.3 Análise econômica e financeira

Após serem elaborados os cálculos dos índices de liquidez, rentabilidade e endividamento, fez-se a análise dos resultados, referentes aos anos de 2005 a 2014, e os mesmos estão apresentados, a seguir, na forma de figuras para melhor entendimento.

4.3.1 Índices de Liquidez

A liquidez imediata indica o quanto a organização possui de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante (HOJI, 2012). A Figura 1 demonstra os resultados auferidos pela cooperativa estudada no período de 2005 a 2014.

Figura 1- Liquidez imediata no período de 2005 a 2014



Fonte: Elaborada pela autora.

Pode-se observar que o índice de liquidez imediata oscilou no ano de 2005 com relação ao ano de 2006. O ano de 2005 apresentou R\$ 0,25 da sua disponibilidade para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante. Já o ano de 2006 apresentou R\$ 0,78 da sua disponibilidade.

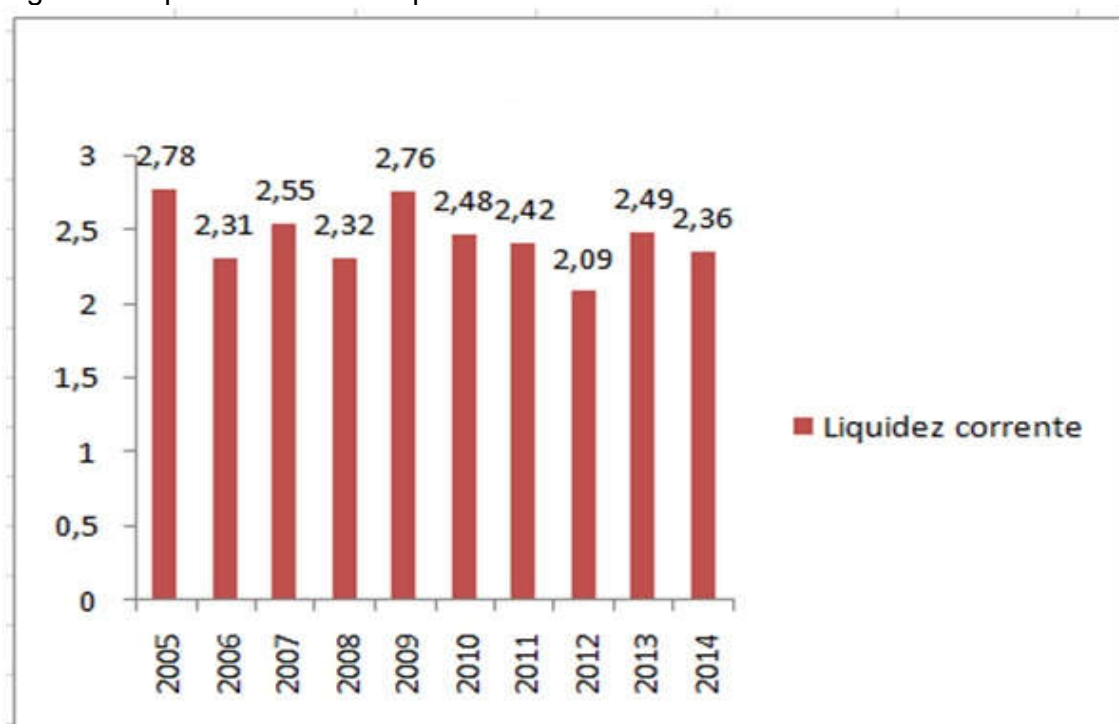
Observou-se que no ano de 2010, em relação a 2011, a cooperativa também apresentou uma grande oscilação, resultando, no ano de 2010, em R\$ 0,62 da dis-

ponibilidade para cada R\$ 1,00 do Passivo Circulante. E no ano de 2011, resultou em R\$ 0,05 da sua disponibilidade.

Nos outros anos, a cooperativa obteve um valor de disponibilidade baixo, isso devido ao saldo de bancos e caixa serem insatisfatórios para seus pagamentos de imediato.

A liquidez corrente, segundo Hoji (2012), é o melhor indicador da capacidade que a organização tem de liquidar seus pagamentos em dinheiro a curto prazo. A Figura 2 ilustra os resultados encontrados na cooperativa em estudo.

Figura 2- Liquidez corrente no período de 2005 a 2014

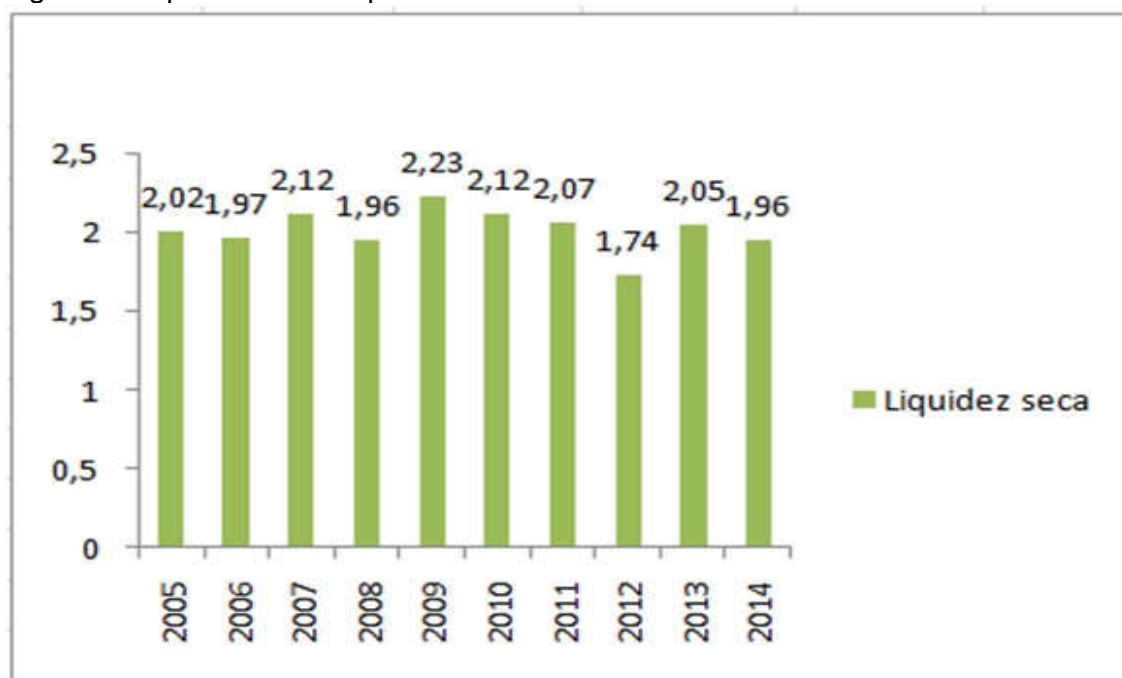


Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com os resultados encontrados, nota-se que nos anos de 2005 a 2014 a cooperativa ficou com um índice positivo, pois em média possuía R\$ 2,45 do seu ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida.

Com relação à liquidez seca, segundo Hoji (2012), estes itens do Ativo circulante, com exceção dos Estoques e Despesas do exercício seguinte, podem, se for necessário, serem convertidos em dinheiro com relativa facilidade antes do prazo normal de realização. A Figura 3 ilustra os resultados encontrados.

Figura 3- Liquidez seca no período de 2005 a 2014



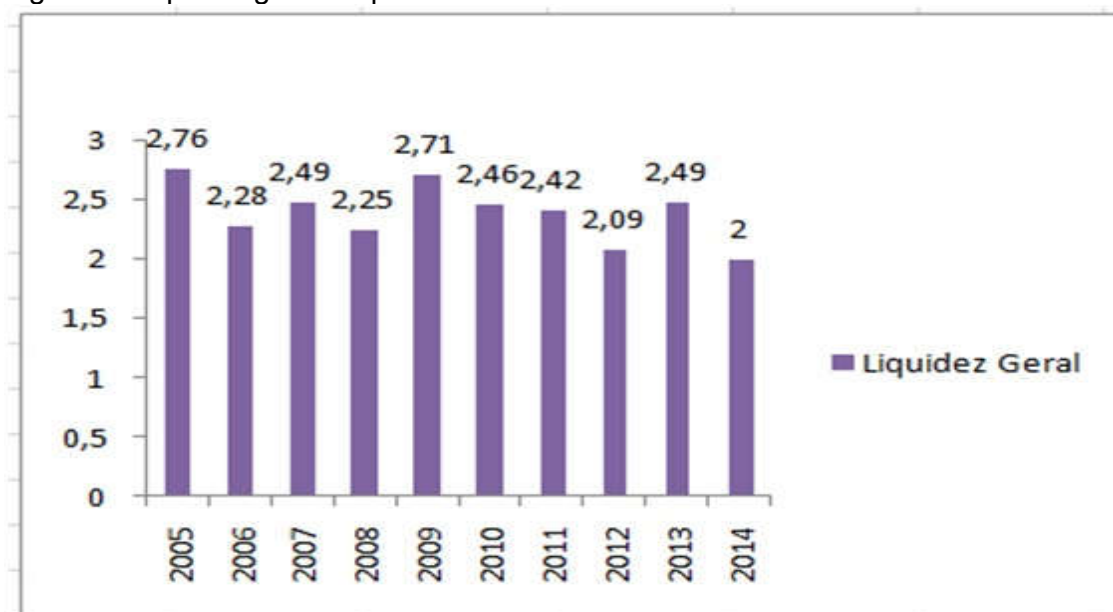
Fonte: Elaborada pela autora.

Verifica-se que a cooperativa em 2009 obteve um resultado satisfatório de recursos para liquidar com suas dívidas a curto prazo, com R\$ 2,23 de recurso em dinheiro para cada R\$ 1,00 de dívida. Já em 2012, a cooperativa possuía R\$ 1,74 desse recurso para cada R\$ 1,00 de dívida.

No geral, de 2005 a 2014, a cooperativa obteve valores positivos de seus recursos para liquidar dívidas a curto prazo.

Já em relação à liquidez geral, conforme Hoji (2012), é a capacidade que a organização tem de quitar suas dívidas no longo prazo. A Figura 4 demonstra os resultados encontrados.

Figura 4- Liquidez geral no período de 2005 a 2014



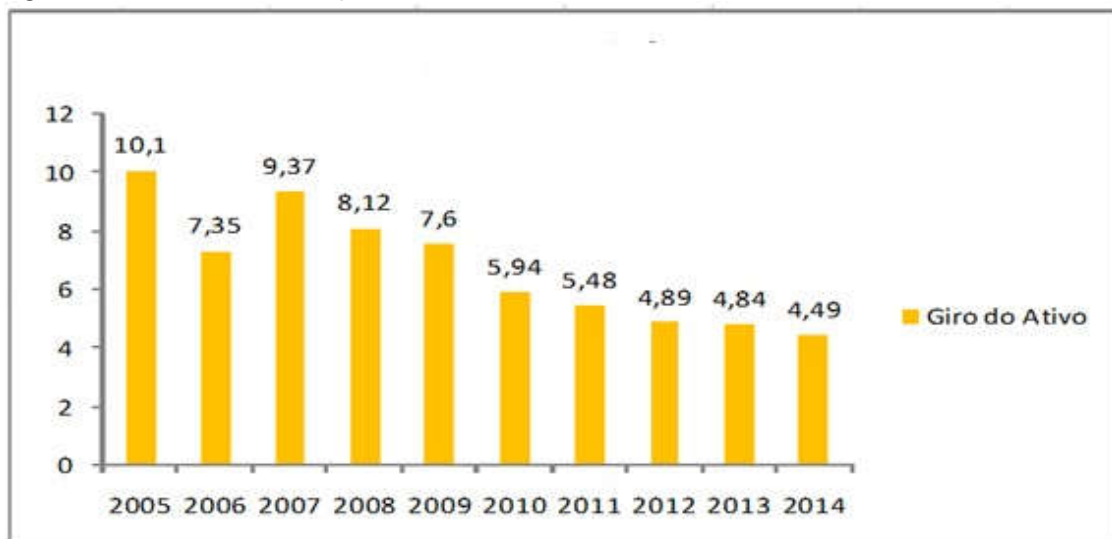
Fonte: Elaborada pela autora.

Nos dez anos analisados, a situação econômica e financeira da cooperativa apresentou diversas oscilações, mas permaneceu com um índice dos seus pagamentos positivo a longo prazo. Em média, do ano de 2005 a 2014, a cooperativa obteve R\$ 2,40 de bens e direitos para cada R\$ 1,00 de dívidas.

4.3.2 Índices de Rentabilidade

O giro do ativo, segundo Silva (2012), indica quanto a organização vendeu de seus investimentos totais. A Figura 5 ilustra os resultados encontrados para o período analisado.

Figura 5-Giro do ativo no período de 2005 a 2014



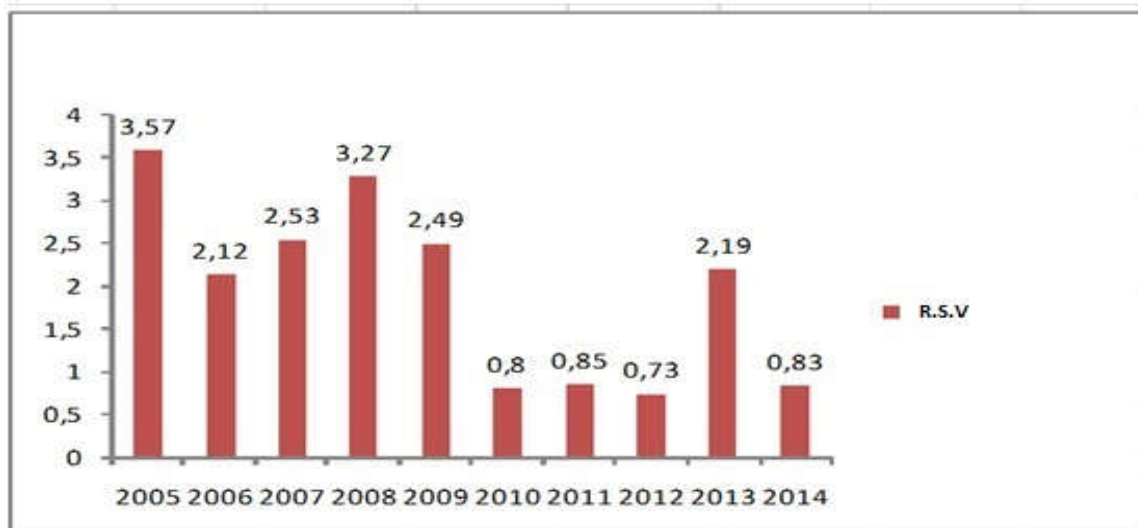
Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se observar que em 2005, a cada R\$ 1,00 de ativo total, a cooperativa vendeu R\$ 10,00. Já em 2006, a cooperativa teve uma pequena queda: para cada R\$ 1,00 de ativo total, a cooperativa vendeu R\$7,35.

Em 2007, a cooperativa volta a aumentar as suas vendas: para cada R\$ 1,00 de seu ativo total, ela vendeu R\$ 9,37. A partir do ano de 2008 até 2014, a cooperativa foi diminuindo suas vendas, obtendo no ano de 2014 um valor de venda de R\$ 4,49 para cada R\$ 1,00 de ativo total. Mesmo com a análise indicando queda, a cooperativa apresentou valores de índices satisfatórios no volume de vendas.

O índice de retorno sobre vendas fornece o percentual de lucro que a cooperativa obteve em relação ao seu faturamento. A Figura 6 ilustra os resultados encontrados.

Figura 6-Retorno sobre vendas no período de 2005 a 2014



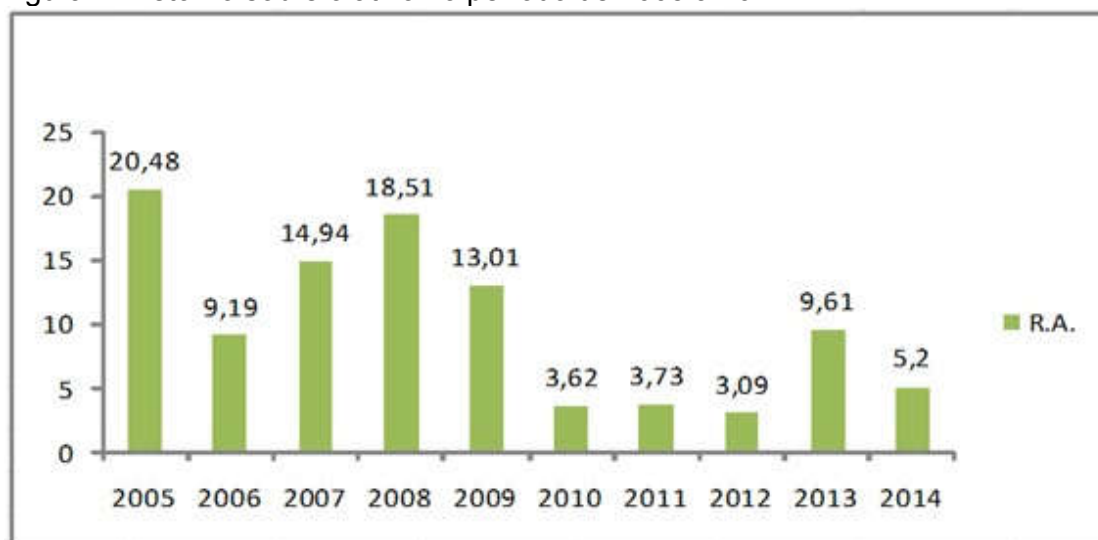
Fonte: Elaborado pela autora.

Em 2005, a cooperativa apresentou o seu melhor ganho: para cada R\$ 100,00 de vendas líquidas, sobrou R\$ 3,57. Até 2009, a cooperativa apresentou pequenas oscilações no seu percentual de ganhos. A partir de 2010, os seus ganhos decresceram consideravelmente, passando de R\$ 0,80 de ganho para cada R\$ 100,00 de vendas líquidas.

Apenas em 2013 houve uma melhora: seus ganhos foram de R\$ 2,19 para cada R\$ 100,00. Já no último ano analisado, o seu ganho caiu, resultando um valor de R\$ 0,83 para cada R\$ 100,00 de suas vendas líquidas.

O retorno sobre o ativo indica a lucratividade da cooperativa em relação aos investimentos totais. A Figura 7 ilustra os resultados encontrados em relação a esse índice.

Figura 7- Retorno sobre o ativo no período de 2005 a 2014



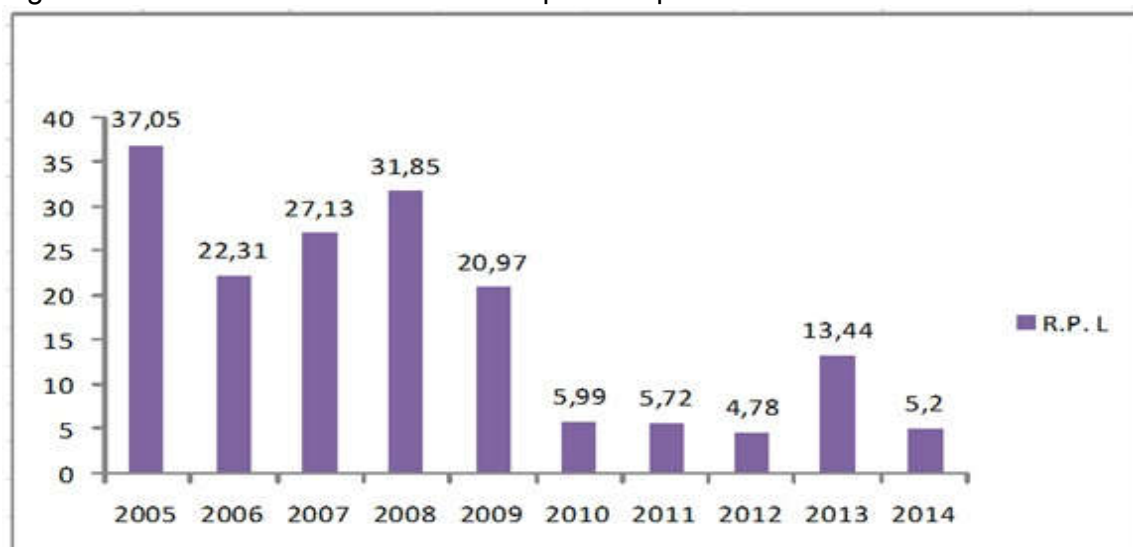
Fonte: Elaborado pela autora.

Observou-se que a cooperativa, no período de 2005 a 2014, apresentou significativas oscilações. Seu maior ganho foi em 2005, com o valor de R\$ 20,48 de sobra líquida para cada R\$ 100,00 do Ativo Total.

Em 2012, a Cooperativa apresentou seu menor índice, passou para R\$ 3,09 de sobra líquida para cada R\$ 100,00 do Ativo Total. Isso significa que a cooperativa apresentou uma queda de 85% em seus ganhos, se comparado o ano de 2005 em relação ao ano de 2012.

O índice de retorno sobre patrimônio líquido indica o quanto a cooperativa recebeu de retorno do Capital Próprio investido. A Figura 8 ilustra os resultados encontrados.

Figura 8- Retorno sobre o Patrimônio Líquido no período de 2005 a 2014



Fonte: Elaborado pela autora.

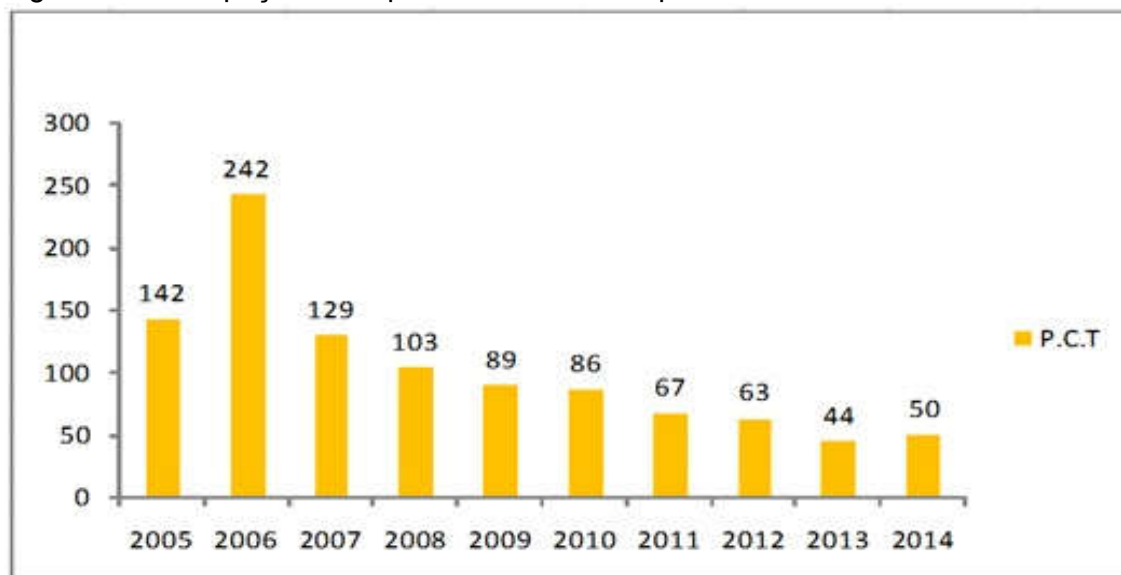
Foram observadas constantes oscilações nos 10 anos estudados. Em 2005, a cooperativa apresentou seu melhor resultado: para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido médio utilizado nesse período, a cooperativa gerou um lucro líquido de R\$ 37,05. Já em 2012, a cooperativa apresentou o resultado mais baixo: passou para R\$ 4,78 o seu lucro líquido para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido médio utilizado.

Com essas análises, observou-se que nos índices de rentabilidade do Retorno sobre as Vendas, Retorno sobre o Ativo e Retorno sobre o Patrimônio Líquido, nos anos de 2010 a 2014, a cooperativa apresentou seus índices mais baixos de ganhos, resultando em índices insatisfatórios.

4.3.3 Índices de Endividamento

A participação de capital de terceiros indica o percentual de dependência que a cooperativa apresenta. A Figura 9 ilustra os resultados do período de 2005 a 2014.

Figura 9– Participação de capital de terceiros no período de 2005 a 2014



Fonte: Elaborado pela autora.

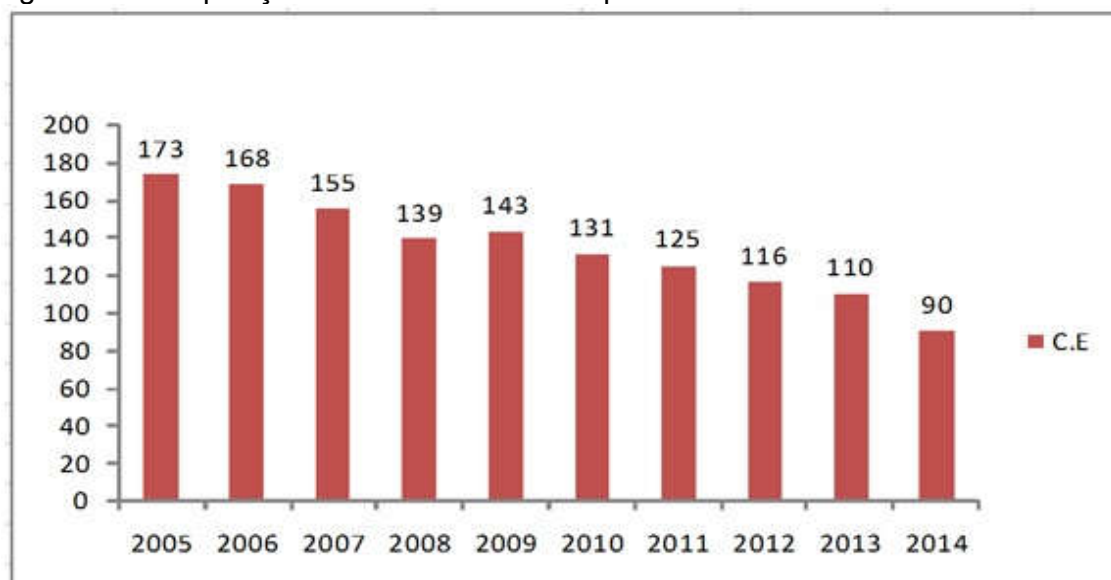
O ano que apresentou uma maior dependência de capital de terceiros foi em 2006. Para cada R\$ 100,00 de recursos totais, houve uma dependência de R\$ 242.

Os resultados analisados mostraram que a cooperativa tem grande dependência de capital de terceiros. Mas esse índice decresce posteriormente.

A partir do ano de 2007, essa dependência diminui. No último ano analisado, que foi o ano de 2014, para cada R\$ 100,00 de recursos totais, o capital de terceiros participou com R\$ 50,00.

Já a Composição de Endividamento indica quanto da dívida total da cooperativa vence no curto prazo. A Figura 10 ilustra os resultados do período de 2005 a 2014.

Figura 10- Composição de endividamento no período de 2005 a 2014



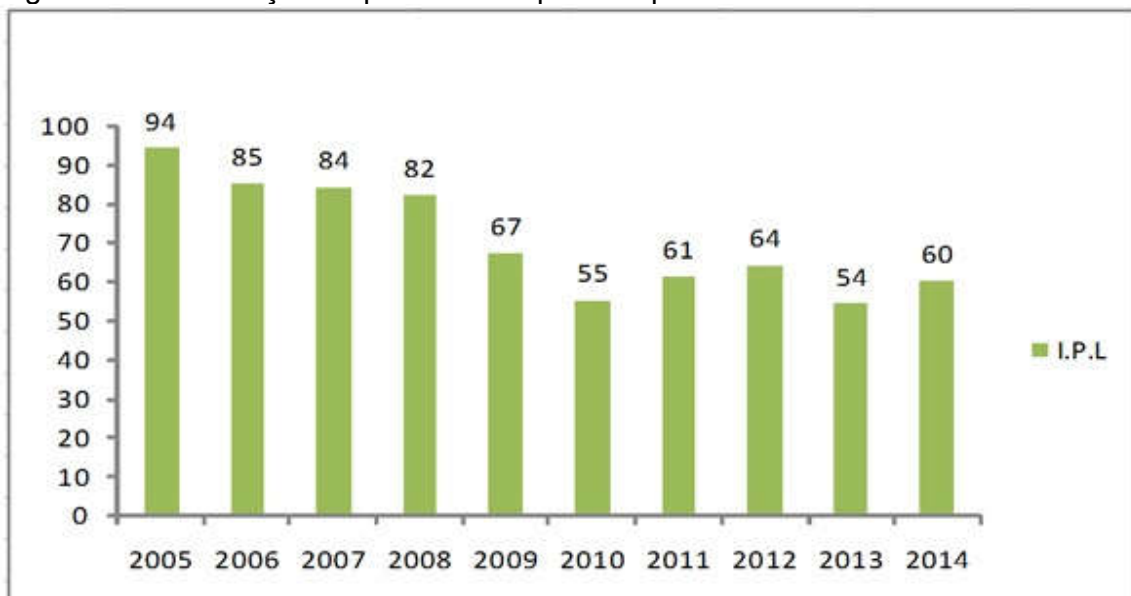
Fonte: Elaborado pela autora

Os índices observados apresentaram um elevado valor de dívidas vencíveis a curto prazo.

Em 2005 a cooperativa apresentou R\$ 173,00 das suas dívidas vencíveis a curto prazo para cada R\$ 100,00 em dívidas. Nos anos posteriores, esse percentual foi caindo, representando em 2014 o valor de R\$90,00.

A imobilização do patrimônio líquido, segundo Hoji (2012, p. 283), “esse índice indica a parcela de recursos próprios investidos no Ativo Permanente”.

Figura 11- Imobilização do patrimônio líquido no período de 2005 a 2014



Fonte: Elaborado pela autora.

O ano que teve o maior índice investido no Ativo Permanente foi em 2005, para cada R\$ 100,00 foi investido R\$ 94,00 dos seus recursos próprios. Esses índices, nos anos posteriores, foram decrescendo. Seu menor valor investido, foi em 2010, com o valor de R\$ 55 dos recursos próprios investidos no Ativo Permanente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi verificar a situação econômica e financeira de uma cooperativa de transporte da região central do estado do Rio Grande do Sul. Realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, por meio de pesquisa documental e de um estudo de caso.

Observou-se que a cooperativa apresentou resultados satisfatórios na sua liquidez. Os índices de liquidez revelam a situação financeira da cooperativa. Ela apresentou grandes oscilações no período avaliado, que foi de 2005 a 2014. Apesar dessas oscilações, os índices apresentaram-se satisfatórios para a cooperativa quitar as dívidas de curto e longo prazo. Em contrapartida, devido a grandes picos de oscilações, a cooperativa deve tomar devida atenção nesse quesito, pois isso pode

resultar em uma cooperativa não muito sólida.

Na situação econômica, foram apresentados bons resultados de rentabilidade. As vendas foram positivas, mas com grandes oscilações. Os lucros apresentados pela cooperativa em relação ao seu faturamento foram satisfatórios, mas decresceram ao longo dos anos analisados. A sua lucratividade em relação aos seus investimentos totais apresentou bons resultados, mas estes foram decrescendo. Comparando o ano de 2005 com o ano de 2012, houve uma queda de 85% desse índice. Os indicadores de retorno do capital próprio apresentaram resultados satisfatórios, mas ao longo dos anos estudados, decresceram.

Nos anos iniciais da análise, a cooperativa apresentava grande dependência em relação ao capital de terceiros. Com o passar dos anos esta dependência foi sendo reduzida de forma significativa. No ano de 2014, esta composição de endividamento estava em 50% do recurso total utilizado.

Para um crescimento constante economicamente e financeiramente, a cooperativa deve ater-se dessas oscilações que estavam presentes em todo o período analisado. Dentre algumas sugestões, a cooperativa poderia começar aumentando o seu prazo de pagamento de dívidas, pois apresentou alto índice de dívidas vencíveis a curto prazo. Também deve procurar aumentar seu saldo de disponibilidade em bancos e caixa e continuar com a sua redução de dependência a capitais de terceiros.

Como limitações do estudo, destacam-se o período de análise de dados, que por ser de 10 anos, exigiu um esforço maior. E, como sugestão para futuras pesquisas, salienta-se o estudo de outras cooperativas de transportes ou de outros ramos, para comparar os resultados com os encontrados nesse estudo. Além disso, sugere-se realizar uma pesquisa utilizando-se das mesmas análises em anos futuros na mesma cooperativa, para assim comparar sua evolução.

REFERÊNCIAS

Aliança Cooperativa Internacional (ACI). **Portal do cooperativismo financeiro 2015**. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.coop.br>>. Acesso em: 20 out. 2015.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico financeiro. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRAGA, R. **Fundamentos técnicos de administração** financeira. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLLIS, J.; HUSSEY. **Pesquisa em administração**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária**: Matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, G. de. A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. _____. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, S.; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 13. ed. São Paulo: Frase Editora, 2004.

ORGANIZAÇÃO das Cooperativas Brasileiras (OCB) 2015. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/historia.asp>>. Acesso em: 08 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO das Cooperativas do Rio Grandedo Sul– Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul 2015. Disponível em: <<http://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/conceitos-princípios>>. Acesso em: 15 out. 2015.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G.C. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. rev e amp. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PAGLIATO, W. **Demonstrações contábeis**: Análise da gestão financeira e gerencial. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

REIS, A. C. de R. **Demonstrações contábeis**: estrutura e análise. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade geral fácil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RICCIARD, L. LEMOS, R. J. K. **Cooperativa a empresa do século XXI**: Como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTR, 2000.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VELTER, F.; MISSAGIA, L. R. **Manual de contabilidade**: Teoria e mais de 650 questões. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.